

A Teoria da Interdependência Complexa e suas contribuições ao estudo do meio ambiente. Giane Manzeppi Faccin, Marcelo Fernandes de Oliveira. - Inter-áreas - Relações Internacionais. - Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

O estudo da teoria da interdependência complexa pode ser útil à compreensão das questões ambientais, as quais estão ligadas ao global. Os impactos da degradação ambiental, bem como a necessidade de preservação dependem de ações recíprocas. As Organizações Governamentais, inseridas na lógica institucionalista da teoria da interdependência complexa, são fontes de regulação internacional. Dessa forma, tal teoria orienta de duas formas. A primeira se trata da consciência de auxílio mútuo, desencadeada pela reciprocidade entre os países. A segunda, de um elemento regulador em âmbito internacional, particularmente as Organizações Internacionais (OIs).

A partir da análise do processo de globalização, pode-se entender como é desencadeada a interdependência. A teoria da interdependência complexa deve, portanto, ser primeiramente contextualizada. Isto posto, a elucidação teórica nos conduz também à relevância da participação dos atores não estatais. Através dessas análises é possível estabelecer a relação do meio ambiente na lógica transnacional, particularmente do papel dos novos atores internacionais, tais como as Organizações Não-Governamentais.

O adensamento do processo de globalização se acentuou a partir de 1950. Os limites entre o nacional e o internacional passaram a ser cada vez menores, e os planos interno e externo passaram a ser cada vez mais conectados. Os aspectos “macro” influenciam a vida cotidiana, em um mundo transnacional. O Estado-Nação perde a totalidade de ação para dar lugar a novos atores e novas formas de regulação social.

A teoria da interdependência complexa, publicada em 1989 por Robert O. Keohane e Joseph S. Nye Jr, possibilita a análise desse sistema internacional. Tais autores fazem parte da lógica da doutrina liberal-institucionalista das relações internacionais. Para a teoria neoliberal, o sistema internacional é descentralizado e o Estado é o principal ator das relações internacionais. Entretanto, há um certo grau de ordem, devido à institucionalização. Esta ocorre por meio de regras estabelecidas, normas, convenções, acordos diplomáticos ou acordos formais ou não-formais entre Estados. Dessa forma, a anarquia do sistema internacional é moderada conforme o avanço na institucionalização de regras compartilhadas pela maioria dos Estados Nacionais.

A cooperação e a comunicação internacionais se dão de acordo com as instituições que regem o sistema. Estas últimas influenciariam a ação dos Estados no que tange ao fluxo de informações e oportunidades de negociar, ao monitoramento dos compromissos assumidos, e à maior solidez dos acordos internacionais.

As instituições podem ser de três tipos, de acordo com Keohane: a) Formal intergovernamental ou organizações não-governamentais internacionais (ONGs); b) Regimes internacionais e c) Convenções. A cooperação e o comportamento dos Estados dependem dos interesses comuns e do grau de institucionalização.

A importância das instituições internacionais como elemento incentivador da cooperação internacional está vinculada aos atores não-estatais. Tais entidades se tratam de quaisquer organismos que não o Estado. Empresas multinacionais, Organizações Internacionais Não-Governamentais e Organizações Internacionais Governamentais se inserem neste grupo. As relações transnacionais que ocorrem nessas instituições seriam capazes de influenciar o sistema internacional, e consequentemente, o plano interno de cada nação.

De acordo com Keohane e Nye, as relações transnacionais podem acarretar em: a) Mudanças de atitudes, através do contato com outros povos; b) Pluralismo internacional; c) Aumento da dependência e interdependência; d) Aumento da capacidade de influência de alguns governos e e) Emergência de atores autônomos com suas próprias políticas externas.

Os atores não-estatais têm ampliado sua participação e influência sobre os temas da agenda global. Os interesses de países diversos permitem a formação de coalizões, que geram uma estrutura cooperativa acerca dos mais diferentes assuntos. A relação de interdependência acirra este processo, provocando aumento de integrações, bem como de fragmentações.

Nesse sentido, a participação dos atores não estatais no sistema global permite maiores debates no tema do meio ambiente. A preocupação das doutrinas em incluir tais atores no estudo científico, como o faz a teoria da interdependência complexa, demonstra a relevância das Organizações Não-Estatais no mundo

atual. Tal teoria caracteriza-se por múltiplos canais entre as sociedades, por meio dos novos atores. Além disso, por múltiplos assuntos, que não possuem hierarquia na agenda internacional. Por fim, pela diminuição do uso da força pelos países, haja vista suas conexões geradas pela interdependência.

Portanto, o conhecimento acerca de tal teoria nos permite inferir que há uma conexão mais profunda do que outrora entre os países. A melhor forma que este vínculo pode ser observado é através dos impactos ambientais. Isso porque a teoria da interdependência complexa identifica uma relação de dependência mútua entre os países, ou seja, as ações dos países têm efeitos recíprocos.

Nessa perspectiva, o tema ambiental adquire especial relevância. As ações de um país no tocante a degradação ambiental não se restringe ao seu território. O caráter transfronteiriço torna o meio ambiente universal. Assim, as questões ambientais requerem participação global.

Os impactos ambientais nacionais atingem a todos os indivíduos localizados em quaisquer lugares do globo, interferindo na dinâmica mundial. Dessa forma, a proteção do meio ambiente deve ser tratada de forma conjunta, através da cooperação internacional.

Nesse sentido, o papel do meio ambiente está inserido na lógica transnacional. Isso porque as interações domésticas e internacionais, sob jurisdição Estatal, são insuficientes para controlar as relações entre fronteiras que escapam ao controle do Estado. Nessa lógica descentralizada, as instituições internacionais se encarregam da conciliação entre os problemas locais e as necessidades globais.

Portanto, a teoria da interdependência gera contribuições ao estudo do meio ambiente. A inserção dos atores não-estatais em tal doutrina demonstra a necessidade de regulação mundial além-Estado. No caso ambiental, sua característica universal demonstra a necessidade de preocupação mundial. Conciliar o caráter transfronteiriço do meio ambiente com a necessidade de cooperação é um papel desempenhado, portanto, pelas instituições internacionais – as ONGs em especial.

BIBLIOGRAFIA

KEOHANE, Robert O. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. *Transnational relations and world politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

LE PRESTE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

MILANI, Carlos. “O meio ambiente e a regulação da Ordem Mundial”. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol nº 20, julho/dezembro 1998.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

VIOLA, Eduardo e FERREIRA, Leila da Costa. *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

VOGLER, John e IMBER, Mark F. *The environment and International Relations*. New York: Editora Routledge, 1996.